



## **A RELAÇÃO ENTRE “PROJETO FEMINISTA EMANCIPATÓRIO” E PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: REPERCUSSÕES NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO BRASIL**

Miriam de Oliveira Inácio

A perspectiva da emancipação humana é um horizonte comum ao "Projeto “Feminista Emancipatório” e ao Projeto Ético-Político do Serviço Social, embora o debate teórico-político sobre tal perspectiva ainda esteja um tanto restrito ao universo da universidade, especialmente no nível da pós-graduação.

A emancipação humana supõe a supressão de relações de exploração no marco do capitalismo, e que diante das particularidades da opressão feminina, também requer a eliminação da dominação/exploração de gênero. O fim da opressão de classe, gênero e etnia é uma perspectiva posta tanto num projeto feminista emancipatório, quanto no Código de Ética dos (as) Assistentes Sociais, devendo servir de referência para a prática das (os) Assistentes Sociais no atendimento às várias situações de opressão sofridas pelas mulheres.

Entende-se por “Projeto Feminista Emancipatório” aquele que vislumbra construir a emancipação das mulheres e da sociedade em geral, o que supõe a articulação das lutas socialista e feminista. Mas tal projeto apresenta duas tendências teórico-políticas: no Brasil: uma abordagem que pensa a emancipação das mulheres como resultado do fim da sociedade de classes e outra que considera a supressão da sociedade capitalista-patriarcal-racista.

Mas nessa relação entre “Projeto Feminista Emancipatório” e Projeto Ético-Político do Serviço Social questiona-se: qual a direção política do “Projeto Feminista Emancipatório” incorporada pelo Projeto Ético-Político?

As possibilidades para o Serviço Social contribuir com a afirmação do “Projeto Feminista Emancipatório” estão postas pelo legado do seu projeto ético-político-profissional, que fundado num *ethos* referido a liberdade, autonomia e equidade de gênero, compromete-se com a construção de uma nova sociedade sem dominação/exploração de classe, etnia e gênero e livre de toda forma de preconceito.

A elucidação das questões teórico-políticas em torno desse Projeto “Feminista Emancipatório” será fundamental para aprofundar e localizar os fundamentos do debate de gênero no âmbito do Projeto Ético-Político do Serviço Social, bem como elucidar os dilemas teórico-políticos à construção de uma perspectiva feminista emancipatória no Serviço Social.



À exemplo das divergências do feminismo de perspectiva emancipatória, a atuação profissional do Serviço Social prioriza o enfrentamento as desigualdades de gênero em articulação com as questões de classe ou privilegia a intervenção sobre as seqüelas sócio-econômicas oriundas das contradições de classe?

Como o trabalho profissional pode se configurar numa mediação estratégica à emancipação das mulheres em situação de violência através da implementação de políticas públicas de garantia de direitos sócio-assistenciais e execução de ações ético-educativas para equidade de gênero?

Trata-se de uma reflexão que busca captar os nexos do Serviço Social com as demandas sócio-culturais das mulheres, as lutas de uma perspectiva feminista de cunho emancipatória e as políticas de governo em torno do enfrentamento à violência contra as mulheres. Nessa direção, assume como objeto de estudo a relação entre “Projeto Feminista Emancipatório” e Projeto Ético-Político do Serviço Social e seus reflexos na prática das (os) Assistentes Sociais no âmbito da rede básica de atendimento às mulheres em situação de violência.

Considerando estes elementos indicados acima, para este estudo torna-se relevante questionar “Como a (des) articulação entre “Projeto Feminista Emancipatório” e Projeto Ético-Político do Serviço Social refletem na prática profissional frente à violência contra as mulheres”?

O desvelamento desta questão indica algumas configurações da prática profissional que podem ocorrer: aquela que viabiliza direitos restritos à garantia da integridade física/psicológica das vítimas e/ou aquele que efetiva direitos amplos, capazes de criar as condições sociais para as mulheres superarem a violência? Aquele que dissemina um *ethos* feminista fundado nos valores da autonomia, liberdade das mulheres e equidade de gênero e/ou aquele que transmite um *ethos* conservador, alicerçado na ideologia da sagrada família e harmonia conjugal?

Dessa forma, pensar sobre os reflexos de um “Projeto Feminista Emancipatório” e do Projeto Ético-Político do Serviço Social na prática profissional frente à violência contra as mulheres, supõe apreender as mediações responsáveis pela materialização desses projetos na totalidade social. Há que se considerar uma série de questões que aí estão postas: a situação de pauperização de segmentos majoritários da população feminina e as suas demandas por direitos sociais; a precarização das políticas públicas; a hegemonia de uma cultura de gênero patriarcal, em que a demanda das mulheres pelo fim da violência não passa necessariamente pelo questionamento das relações de gênero patriarcais (uma vez que tais relações são internalizadas pelas próprias mulheres em situação de violência); o distanciamento do Serviço Social de uma perspectiva feminista, certamente alimentado pelas divisões teórico-políticas no âmbito de uma perspectiva



emancipatória, gerando uma dificuldade na incorporação desse referencial e a frágil incorporação do Projeto Ético-Político do Serviço Social pela massa da categoria profissional.

Considerando as lacunas do debate sobre Serviço Social e Violência contra as Mulheres, a relevância do estudo consiste em apresentar uma reflexão histórico-crítica sobre a questão da violência contra as mulheres e a intervenção das (os) Assistentes Sociais sobre ela, englobando um debate sobre as contradições de classe-gênero-etnia numa perspectiva de totalidade social e os desafios à emancipação das mulheres como parte do processo de emancipação humana.

Colabora com a importância deste estudo, a consideração de Gurgel (2006) a respeito dos estudos de gênero no Serviço Social, que segundo ela, poucos trabalhos articulam o potencial político e reflexivo da categoria gênero em torno da luta emancipatória.

Considerando que a atuação do Serviço Social se insere no Estado enquanto espaço contraditório, na mediação de interesses, nesse contexto de hegemonia capitalista, patriarcal e racista, as (os) Assistentes Sociais possuem o desafio de afirmar um projeto feminista emancipatório para as mulheres em situação de violência.

Mustafá (2003), ao destacar o caráter ético-político do projeto profissional do Serviço Social, mostra que ele é resultado de uma hegemonia consolidada na profissão, em que o Serviço Social tem um papel mediador na afirmação da emancipação humana.

Não se pode negar, portanto, que o caráter revolucionário não esteja imbricado nesta postura de mediação política. Na realidade, lidar com a questão social, dentro dos moldes do modo de produção capitalista, significa estabelecer um processo de conquista que se efetua e se desdobra em duas faces: a imediatividade da ação e sua projeção futura. O grande desafio é não perder de vista esta dupla dimensão unitária. (MUSTAFÁ, 2003, p. 63-63)

De acordo com Silva (2006), o desafio do debate sobre gênero no Serviço Social consiste na garantia da orientação dada pelo Projeto Ético-Político quanto a “Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero”, enquanto Princípio Fundamental assegurado no Código de Ética Profissional do Assistente Social.

O estado da arte do tema Serviço Social e Violência contra as Mulheres demonstra que esta ainda é uma temática periférica nas reflexões da categoria, apesar do crescimento no volume de trabalhos sobre a questão da violência contra as mulheres.

O debate sobre a intervenção das (os) Assistentes Sociais no enfrentamento à violência contra as mulheres aparece no Serviço Social somente nos anos 90. De um lado, aparecem estudos com poucas reflexões sobre gênero e que passam ao largo do ideário feminista e do marxismo; e de outro lado, os trabalhos que possuem uma fundamentação crítica sobre as relações de gênero,



inclusive adotando uma perspectiva de totalidade social e referenciados pelo feminismo e projeto ético-político do Serviço Social.

Uma síntese dos trabalhos publicados nos eventos acadêmicos da categoria<sup>1</sup> revela que predomina uma carência de maiores aprofundamentos teóricos do ponto de vista de uma leitura histórico-crítica no campo marxista, inclusive fazendo oposição ao marxismo sob o argumento de que ele não incorpora as relações de gênero, raça/etnia e sexualidade. Outra característica do tema é a incipiente relação com os referenciais do Projeto Ético-Político do Serviço Social, limitando-se a destacar o papel normativo do Código de Ética, em que a (o) Assistente Social deve “suspender” seus preconceitos religiosos e ser “imparcial” ou até mesmo a clara defesa de valores não-feministas e conservadores como solução para enfrentar a violência, tais como o diálogo e o companheirismo entre os membros da família. O tema “gênero” aparece muito mais para denunciar a ausência do “gênero” no olhar da prática profissional, em que os (as) próprios (as) profissionais entrevistados (as) sentem a necessidade de desconstruir concepções de gênero arraigadas na cultura; ou denunciar a ocorrência de práticas machistas devido à ausência de uma percepção de gênero. Apesar dos trabalhos em geral destacarem o papel do Serviço Social na garantia de direitos, apenas um trabalho ressalta a orientação do projeto ético-político, a materialização da prática profissional à luz desse referencial e salienta sua fundamentação no marxismo.

Rodrigues (1998) apresenta um dos poucos trabalhos que realizam uma teorização sobre a atuação do Serviço Social frente à violência de gênero. Estudando a prática das (os) Assistentes Sociais nas políticas e programas sociais das áreas de saúde e assistência social, admite como hipóteses para a não incorporação do tema gênero e violência na atuação das profissionais a influência do *ethos* religioso e do modelo de relações de gênero tradicional, bem como a negação de uma perspectiva feminista hegemônica no Serviço Social.

Ao *ethos* religioso e ao modelo de relações de gênero (tradicional) hegemônico do/no Serviço Social, incompatíveis com o modelo de gênero associado, por alguns setores as análises e propostas dos movimentos de mulheres, especialmente, do movimento feminista [...], percebidas muitas vezes, como potencializadoras de conflitos e, estímulos à dissolução da família. (RODRIGUES, 1998, p. 257).

Machado (1995), quando avalia o Serviço Social na DEAM de Belém (PA), ressalta que a legitimidade da prática do Serviço Social consiste na decodificação dos fundamentos da violência contra a mulher junto às usuárias, no sentido de visualizar alternativas de reconstrução e

---

<sup>1</sup> Foram analisados as comunicações orais dos 5 últimos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS), dos anos de 1995, 1998, 2001, 2004 e 2007, excluindo-se os trabalhos apresentados pela autora deste projeto no XI CBAS (2004) e no XII CBAS (2007). Vale informar que no X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) de 2006 e na 19ª Conferência Mundial de Serviço Social em 2007 registram-se apenas uma comunicação oral em cada congresso, elaboradas pela autora deste artigo.



reapropriação de novas bases para o relacionamento interpessoal entre os casais. Todavia, mostra que a interpretação da violência contra a mulher está assentada no papel absoluto de vítima e agressor, portanto, vinculada a determinismos culturais e biológicos e representações histórico-sociais que associam violência ao homem e passividade à mulher. Daí acrescenta que a indignação nem sempre se reveste de uma atitude política, não avança a consciência nem alimenta a busca da igualdade feminina no interior das relações trabalhadas.

Na publicação “Violência contra a mulher: Quem Mete a Colher?”, Silva (1992) apresenta uma valiosa apreciação sobre o discurso e a prática de policiais e Assistentes Sociais que trabalham em Delegacias. A autora oferece uma abordagem crítico-dialética na análise da intervenção do Serviço Social no atendimento à mulher nas Delegacias, englobando a leitura da realidade e suas múltiplas determinações. Com base nos resultados da pesquisa, afirma que a prática se apresenta como tendencialmente libertária, pois reflete criticamente a situação apresentada e sua correlação com o contexto mais amplo. Ao analisar a ação profissional nas DEAM’s, reconhece que a (o) Assistente Social busca discutir a violência a partir da interferência da cultura patriarcal no modo de pensar e viver da população; estimula as (os) usuárias (os) a buscar alternativas de superação das dificuldades (redimensionamento ou ruptura da relação) e orienta a mulher para busca de assistência jurídica e direitos sociais (creches para os filhos e independência financeira). Afirma que constituem limites à sua atuação a noção de vitimização da mulher e a carência de elementos teóricos e de estratégias de ataque aos determinantes da problemática, em que sua prática se confunde, às vezes, com uma prática de militância.

Se esta trama não é reconstituída, atua-se nos fragmentos, na superfície. Não se desvela o significado real do processo de construção do espaço e do lugar da mulher nessa relação. Procura-se um acordo. Se não é possível, fazem-se encaminhamentos a instituições com a clareza, maior ou menor, de que o amparo e a prestação de um atendimento digno e conseqüente são duvidosos. (SILVA, 1992, p.150)

Vale salientar que esta prática, tendencialmente libertária, responde aos anseios do projeto feminista para a criação das DEAM’s. As próprias reivindicações do movimento feminista para a criação das DEAM’s previam a realização de ações repressivas para punir os crimes e seus agressores, bem como a implementação de ações sociais e educativas para responder às várias demandas das mulheres na perspectiva do fortalecimento da sua autonomia.

A dissertação de mestrado “Violência de Gênero e Serviço Social: Ethos e Ação Ético-Política no âmbito das Delegacias da Mulher” (INÁCIO, 2003) mostrou que nas DEAM’s a solução era remetida ao *ethos* familiar, conjugal e individual, em que a dimensão ético-educativa do trabalho profissional revela-se na transmissão de valores como família, respeito e confiança; e que a profissão efetiva ações de defesa de alguns direitos das mulheres a uma vida sem violência, porém



sem vislumbrar transformações nas relações de gênero, classe e etnia. Já no Centro de Apoio às Vítimas de Crime (CAVC), a finalidade do Serviço Social consistia em viabilizar as condições para a mulher superar a relação conjugal marcada pela violência, donde estava presente o *ethos* da autonomia das mulheres e equidade de gênero, mas com uma visão linear, pois excluía a alternativa da igualdade de gênero no interior da conjugalidade.

O perfil desse debate coloca a para o Serviço Social a tarefa de realizar estudos capazes de apanhar o debate sobre as mais diversas formas de opressão de gênero numa perspectiva de totalidade social, isto é, no âmbito das relações sociais mais amplas, percebendo seus cruzamentos com as contradições de classe e etnia. A afirmação de uma direção social crítica na produção do conhecimento na área do Serviço Social é uma dimensão imprescindível ao fortalecimento do projeto ético-político do Serviço Social, que se consolidou nos anos 90 em torno da defesa de um novo projeto societário comprometido com a liberdade, igualdade, o fim de toda forma de opressão e preconceitos afirmando a perspectiva da emancipação humana.

Espera-se com essas reflexões contribuir com a produção de conhecimento sobre a intervenção profissional do Serviço Social na área da violência contra as mulheres, na perspectiva de fortalecer o referencial do projeto ético-político do Serviço Social em torno da luta feminista emancipatória.

### REFERÊNCIAS

- CFESS. *Código de Ética do Assistente Social* (Resolução CFESS nº 273/93 de 13 de março de 1993) e Lei de Regulamentação da profissão nº 8662/93. 3. ed. rer. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), 1997.
- GURGEL, Telma. Gênero e Emancipação: possibilidades políticas e desafios estratégicos na relação do Serviço Social com o feminismo. *Anais do X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*. Recife (PE): ABEPSS, CFESS, CRESS, ENESSO, 2006.
- INÁCIO, Miriam de. *Violência de Gênero e Serviço Social: Ethos e Ação Ético-Política no âmbito das Delegacias da Mulher*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife (PE), 2003.
- LUCKÁCS, G. *Ontologia do Ser Social: os princípios ontológicos de Marx*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- MACHADO, S.S. O Serviço Social e as representações de gênero. Reflexões preliminares sobre a prática na Delegacia de Mulheres. *Anais do Caderno de Comunicações do 8º CBAS*. Salvador: CFESS, 1995.
- MÉZÁROS, István. A liberação das mulheres: a questão da igualdade substantiva. In: *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo editorial/editora da UNICAMP, p. 267-310, 2002.
- MUSTAFÁ, Alexandra Monteiro. Reflexões sobre o Projeto Ético-Político do Serviço Social. Presença Ética. *Revista Anual do Grupo de Estudos e pesquisa sobre Ética (GEPE)*. Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE. Recife, ano III, nº3, dez. 2003.



NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. *In: Capacitação em Política Social e Serviço Social*. Módulo I. Brasília: CEAD, 1999.

*Revista Crítica Marxista*. Dossiê Marxismo e Feminismo. São Paulo: Boitempo, nº 11, p. 63-108, 2000.

RODRIGUES, M.T. Serviço Social, Gênero e Violência. *Anais do 9º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*. Goiânia: CFESS, jul. 1998.

SAFFIOTI, Heleieth. I.B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente)

SANTOS, Silvana Mara Morais dos Santos. *O pensamento de esquerda e os limites da luta pela liberdade de orientação sexual*. Presença Ética nº3, Recife, 2003.

SILVA, Marlise V. O lugar de gênero na formação da (o) Assistente Social. *Anais do X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*. Recife (PE): ABEPSS, CFESS, CRESS, ENESSO, 2006.

\_\_\_\_\_. *Violência contra a mulher: QUEM METE A COLHER?* São Paulo: Cortez, 1992.